

**MANDATO DE 2021-2025**

**ATA N.º 4 / 2023**

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu em Sessão Extraordinária, nos termos do nº 1 do artigo 28º e da alínea b) do nº 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75 de 12 de setembro 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia 8 de julho de 2023, pelas 14:00 horas, no Salão da Assembleia Municipal, no Edifício dos Paços do Concelho, presidida por José Pedro Leitão Ferreira, auxiliado pelos secretários Ana Margarida Cardoso Alves e Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio.-----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: José Pedro Leitão Ferreira, Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro, João Carlos Silva Almeida, Ana Margarida Cardoso Alves, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, António José Lopes Simões, Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio, Jorge Manuel Marques Coluna, Francisco José Antunes Dias Rei, Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Horta Antunes, Samuel Dias Xavier, Duarte Ribeiro Matias, Cristiana Tagaio dos Santos, Daniel Filipe Nunes Luis, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Maria João Fernandes da Mota Torres, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Jorge Manuel Farinha Nunes, Bruno Manuel Serdeira Monteiro, António Vicente Xavier de Matos, Carlos Mateus Marques Lopes, Maria João Alves Ribeiro, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, José Mateus Lopes, Manuel Francisco Antunes Dias, Joaquim José da Silva Pereira Alves, Rogério Paulo Antunes Luis e Constantino Lopes Silva Lourenço.-----

-----Pediram a substituição à sessão que foi apreciada e aceite os deputados municipais:-----

Nuno Pedro Leitão Melo (PSD) tendo sido substituído por Duarte Ribeiro Matias;-----

Anabela Luis Nunes, (PS) tendo sido substituída por Álvaro Fernando Carvalho Monteiro;-----

Adriana Pires Santos, (PS) tendo sido substituída por Bruno Manuel Serdeira Monteiro;-----

Maria Gracinda Lourenço Marçal, (PS) tendo sido substituída por Constantino Lopes Silva;-----

Faltou a deputada Cátia Filipa Vicente Pinto, (CHEGA) que justificou a sua falta.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Cumprimentou todos os presentes.-----

De seguida declarou haver quórum e abriu a sessão extraordinária.-----

-----1 - Período de "Antes da Ordem do Dia".-----

-----1.1 -Proposta para emissão de autorização para assunção de compromissos plurianuais - Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Investimento - Proc.º 2023/350.40.401/1 - para deliberação; -----

Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de junho de 2023. -----

-----Proposta nº176/2023 -----

Considerando:-----

A necessidade de contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para os seguintes investimentos: -----

◦Requalificação do edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim, com um valor estimado de 1.967.632,51€, a que acresce IVA, o que perfaz 2.085.690,46€;-----

◦Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã, com um valor estimativo do sector de obras aponta para cerca de 545.765,00€, a que acresce IVA, o que perfaz € 578.510,90€;-----

O referido procedimento será plurianual, com os seguintes valores previstos para as diferentes classificações económicas: -----

Ano	Compromissos Plurianuais		
	01.03/10.06.03 Capital	01.03/03.01.03.02 Juros	01.03/03.02.01 Encargos bancários
2023	0,00 €	0,00 €	600,00 €
2024	0,00 €	173.173,08 €	50,00 €
2025	0,00 €	173.173,08 €	50,00 €
2026	106.568,05 €	171.441,35 €	50,00 €
2027	106.568,05 €	164.514,43 €	50,00 €
2028	106.568,05 €	157.587,51 €	50,00 €
2029	106.568,05 €	150.660,59 €	50,00 €
2030	106.568,05 €	143.733,67 €	50,00 €
2031	108.558,88 €	136.802,60 €	50,00 €
2032	115.729,88 €	129.631,60 €	50,00 €
2033	123.374,56 €	121.986,92 €	50,00 €
2034	131.524,22 €	113.837,26 €	50,00 €
2035	140.212,22 €	105.149,26 €	50,00 €
2036	149.474,11 €	95.887,37 €	50,00 €
2037	159.347,81 €	86.013,67 €	50,00 €
2038	169.873,73 €	75.487,75 €	50,00 €
2039	181.094,95 €	64.266,53 €	50,00 €
2040	193.057,40 €	52.304,08 €	50,00 €
2041	205.810,05 €	39.551,43 €	50,00 €
2042	219.405,09 €	25.956,39 €	50,00 €
2043	233.898,19 €	11.463,31 €	50,00 €
<b>Total</b>	<b>2.664.201,36 €</b>	<b>2.192.621,88 €</b>	<b>1.600,00 €</b>

Esta contratualização reveste a natureza de compromisso plurianual, conforme definição referida na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, “ «Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem

obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.”; -----

A assunção de compromissos plurianuais relativamente a esta contratualização, não está abrangida pela proposta nº 271 de reunião de Câmara Municipal de 12/11/2021, submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 03/12/2021; -- De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Pelas razões de facto e de direito expostas anteriormente, propõe-se que:-----  
A Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação da assunção de compromissos plurianuais. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Cumprimentou todos os presentes e os que acompanham em direto através da Rádio Condestável. -----

Sobre este ponto da ordem do dia disse que a aprovação do compromisso plurianual dá a possibilidade de contrair um empréstimo com vista ao início do procedimento para os concursos relativos à requalificação do edifício do mercado municipal de Cernache do Bonjardim e à Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato. Esclareceu que quando este executivo tomou posse e após a apresentação do 1º Orçamento, constatou que existia um empréstimo, do lado da receita, que não tinha sido utilizado e tecnicamente não estava válido. Foi decidido retirá-lo mas transmitiu nesse momento, que seria repostado, por ser essencial pela mesma razão que o anterior executivo o fez.-----

Informou que este é o momento de preparar o caminho técnico com vista ao Município ter verba inscrita no lado da receita para dar algum conforto para o lançamento de concursos e avanço de algumas obras prioritárias. As regras orçamentais, nas Câmaras Municipais mudaram: anteriormente podiam avançar com um concurso de uma obra, sem a totalidade da verba disponível, de momento não é possível. Se a obra estiver orçamentada em dois milhões de euros têm que estar cativos mesmo se a mesma se prolongar por dois ou três Orçamentos. Os constrangimentos são enormes as Câmaras Municipais precisam de algum conforto do lado da receita para avançarem com obras de importâncias significativas. Neste momento o Quadro 20-30 deveria estar em execução, está atrasado, os avisos não foram lançados e as Câmaras Municipais não estão a concorrer. O que se pretende com esta proposta, é ganhar tempo, é avançar com a possibilidade de ter o empréstimo no lado da receita,



## sertã assembleia municipal

para que se prossiga com as obras. Disse que o empréstimo vai ser utilizado apenas em último recurso, da mesma forma que o executivo anterior tinha um empréstimo e não utilizou. A estratégia é que se possa efetivamente ganhar tempo, porque como sabem, fazer uma candidatura, aprová-la, lançar concurso, passar por todos os procedimentos legais demora bastante tempo. A vantagem é que, se o concurso estiver lançado e a obra em execução, maior é a possibilidade da candidatura ser aprovada. Reafirmou que “o empréstimo poderá ser utilizado ou não”, à partida é para dar conforto para iniciar os concursos e as obras, não excluindo que as obras possam ser executadas com recurso aos meios próprios, a contrato programa com a CCDRC ou ao Quadro 20-30 e Plano de Revitalização do Pinhal Interior Sul.-----

Referiu que existe uma questão que pode ser sensível, são os juros associados ao empréstimo. Mas esclareceu que em primeiro lugar é uma questão que só se põe, se o mesmo for utilizado e em princípio não é para ser. Acrescentou que é preciso não esquecer que os juros que estão na proposta foram calculados e bem com base na taxa de juros atual, numa conjuntura de taxas de juros altos em função da situação internacional.-----

Mencionou que outra questão que se pode colocar é se eventualmente o Orçamento do Município teria alguma forma de prescindir do empréstimo? De facto há alguma folga orçamental, mas lembrou que, além destas duas obras, há outras que estão planeadas, nomeadamente nas freguesias do Concelho previstas e essenciais para a população e para as quais aquela folga é necessária.-----

Informou ainda que, brevemente serão confrontados com um desafio absolutamente exigente, como nunca existiu no Município da Sertã – Habitação e que na próxima semana será recebida a Sra. Ministra da Habitação para assinar o Protocolo referente à “Estratégia Local da Habitação” possibilitando que o Concelho da Sertã disponha de cinco milhões de euros do PRR para construção de habitação social. Uma grande parte vai ser executado diretamente pelo Município. Também foi assinado juntamente com a Comunidade Intermunicipal Médio Tejo um pacote relativo a “Habitação a Custos Acessíveis” de três milhões de euros. São cerca de oito a nove milhões de euros para executar nos próximos dois a três anos. Este último projeto vai ser financiado pelo PRR, para concorrer rapidamente, obrigando a que o Município tenha disponibilidade financeira, para aquisição de imóveis, início de obras. Só depois da construção há reembolso dos montantes do PRR, pelo que se não houver liquidez este processo morre à nascença por não se conseguir iniciar projeto. Por estas razões entende que todos percebem a necessidade do empréstimo como mecanismo técnico



orçamental. Enfatizou que a figura do empréstimo é para se poder iniciar as duas obras que considera fundamentais:

- A requalificação do edifício do mercado municipal de Cernache do Bonjardim, obra essencial para dinamizar a economia local, edifício degradado é uma zona central da Vila, é uma obra esperada pela população há muitos anos;

-A Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, também fundamental, vai permitir repensar toda a Vila da Sertã, em termos de funcionalidades, trânsito e vai possibilitar mudar a feira para junto do mercado, podendo dar uma nova vitalidade a este espaço. É importante também para revitalizar o mercado da Sertã, respondendo aos comentários de munícipes que acham que a zona é pouco apelativa.-----

No seguimento salientou que o Concelho da Sertã está num momento crucial, no final do Quadro 2020, início do PRR, revitalização do Pinhal Interior Sul, momento absolutamente determinante, concluindo que se o Município não tiver capacidade orçamental para fazer obra, vai ficar para trás.-----

Quanto aos riscos do endividamento disse que é preciso clarificar. Anteriormente os Municípios não tinham controlo sobre o endividamento mas, neste momento tal não acontece, existe margem e o limite é controlado pelo Tribunal de Contas. O que pode colocar em causa o futuro do Concelho da Sertã é ficarmos parados e não atuarmos. É o momento certo.-----

Lembrou que neste Órgão Municipal sempre houve consenso em questões de contratação de empréstimos. Em 2016 foi aprovado o empréstimo proposto pelo anterior executivo com vinte e seis votos a favor, uma abstenção e um voto contra. Concluiu afirmando que neste ponto crucial os munícipes não iriam perceber que esta Assembleia Municipal não aprovasse a possibilidade deste mecanismo orçamental para que este executivo desenvolva o seu projeto.-----

**Solicitou intervenção:** -----

-----**Jorge Coluna (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou este ponto conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I).---

-----**Jorge Farinha Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção felicitando o executivo na pessoa do Senhor Presidente pela forma brilhante de como está a decorrer a Maratona da Leitura da Sertã, desejando que o Festival do Maranhão seja igualmente um êxito para o nosso Concelho.-----

Relativamente a este ponto pouco há a acrescentar ao que foi dito pelo deputado Jorge Coluna, no entanto reforçou que o PSD não é contra nenhuma das obras e na



sua opinião não é contra a um possível financiamento, parece-lhe sim que este modelo é um pouco descontextualizado da realidade atual e da própria necessidade.---  
Transmitiu que a intervenção do Senhor Presidente não o convenceu, esclareceu algumas dúvidas mas mesmo assim questionou se este tipo de financiamento foi na perspetiva do executivo o que achou mais correto? Admitindo que o PS governa no próximo mandato e seguinte com o fecho de um ciclo de 12 anos, seja que partido for que tome posse, vai pagar na prática o valor do investimento? Apreende que projetar por tanto tempo uma operação financeira desta natureza é um risco. -----

Continuando a sua intervenção perguntou se a oportunidade de financiamento foi proposta a mais de uma entidade financeira, se foi acautelada a possibilidade de se renegociar as condições do contrato ao longo do tempo? -----

Também em sua opinião não lhe parece razoável, incluir no mesmo financiamento a requalificação do edifício do mercado municipal de Cernache do Bonjardim e a Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, têm dimensão económica/financeira diferente, a necessidade e o objetivo das obras são distintas. Sabe que estão a discutir este assunto por culpa do PSD, que deixou que isto acontecesse mas não é motivo de que se possa fazer agora.-----

Por fim disse que não sabe se existia unanimidade se o Senhor Presidente da Câmara estivesse na oposição. Reconhece que a aprovação do financiamento é imprescindível para a execução da obra, mas 20 anos é muito tempo. O Senhor Presidente da Câmara e o executivo não merecem carregar o ónus, apelando ao Senhor Presidente que faça o que é melhor para o Município. -----

-----**Alfredo Dias (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que o assunto que apresenta tem a ver com o empréstimo e com questões apresentadas em sessão anterior da Assembleia Municipal relacionadas com o mercado municipal de Cernache do Bonjardim. -----

Lembrou que o empréstimo ou uma parte dele é para a requalificação do mercado municipal de Cernache do Bonjardim assunto já abordado numa sessão anterior em que colocou um conjunto de questões ao Senhor Presidente da Câmara e na sua perspetiva não foram respondidas ou ocorreram com argumentos não rigorosos. -----

Em anterior sessão questionou a forma de financiamento do mercado municipal de Cernache do Bonjardim e o Senhor Presidente disse que os avisos abertos do PRR eram incompatíveis, ou seja mencionou um parecer de 2015, em que não podia existir conjugação de financiamento de várias fontes, portanto a estratégia de procurar otimizar não podia acontecer. Senhor Presidente podia acontecer. Apresentou-lhe 3

avisos “ eficiência energética”, “ acessibilidades “ e “ residências “.Respondeu que não se pode usar para a mesma despesa duas vezes o financiamento, quando muito alguém poderia perguntar, se tinha investimento no aviso das residências, investimento para o mesmo edifício para a rubrica de eficiência energética, se não for aprovada um garante o investimento na mesma ou não Senhor Presidente se tem dúvidas questione os serviços. -----

Outra das suas respostas foi que os avisos que referiu eram marginais, na altura informou que não tinha acesso ao projeto e só com o projeto podia perceber o que constava e o que podia ou não ser elegível, esta questão de serem marginais era para si obvio que não podia acontecer, num edifício como o mercado de Cernache do Bonjardim, nem nas acessibilidades, nem eficiência energética. -----

Este processo foi facultado aos vereadores do PSD, teve pouco tempo para fazer uma análise dos documentos do projeto, mas o que viu, nas rubricas: coberturas caixilharias, isolamentos entende que o financiamento seria de mais ou menos 75% ou superior até porque o mercado de Cernache do Bonjardim tem ainda eficiência energética no interior e exterior.-----

Continuando a sua intervenção disse o Senhor Presidente que alguns Municípios estão a prepara-se para uma nova fase que é importante e que estão a contrair empréstimos para responder às suas necessidades, lembrando que numa das primeiras intervenções após a tomada de posse o Senhor Presidente disse que os saldos serviam para concretizar projetos. Não sabe o que fizeram os outros Municípios, mas fez alguns contactos e soube que os mesmos financiaram creches, projetos solidários, uma instituição da CIMBB que financiou um projeto de eficiência energética de 5 milhões de euros, se não sabemos fazer melhor tentemos fazer igual aos outros -----

Em sessão anterior sobre o PRR, o Senhor Presidente falou da CER, concordando com tudo o que disse com um óbice, saiu um aviso do PRR, financiado a 100%, teve um senão o término era a 31-01-2023, financiamento máximo de 500 mil euros, as oportunidades estão umas atrás das outras, mas para ter resultados é preciso tentar.-

Há muitas formas de ver o empréstimo concorda com o que foi dito, neste caso em particular e o grosso do empréstimo, não precisava de ser contraído, se o trabalho tivesse sido bem feito e tivéssemos uma candidatura aprovada. Ainda numa anterior sessão disse que nas residências foram aprovados projetos com 100% de financiamento. Na eficiência energética não sabe a percentagem aprovada, mas sabe que o Governo retirou valores ou seja não foram gastos, o que quer dizer que uma



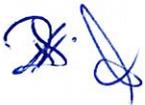
# sertã assembleia municipal

candidatura elegível que cumprisse os requisitos seria aprovada. Com tudo o que argumentou anteriormente o Senhor Presidente que o grosso do empréstimo não era preciso pensar, para se trabalhar. Falou ainda na última sessão da Assembleia Municipal das centrais de dessalinização, concorda que se vejam as realidades de Israel, mas centrais na Sertã não lhe parece. E por falar em Israel, é uma forma de evoluirmos, mas aonde é que eles são melhores e o que de melhor fazem é gerir dinheiro. -----

Ainda sobre o empréstimo vem a esta sessão para ser aprovado, é uma ferramenta normal do mercado, pode ser para qualquer obra mas por muito que tentem os executivos PS ou PSD, uma delas não vai mudar, é a demografia, alterações climáticas e a última foi a transferência de competências que concorda genericamente mas é mais um rombo das finanças das autarquias. O PS abraçou-as com grande entusiasmo, o PSD seria também obrigado. O PSD não conseguiu inverter a pirâmide demográfica o mesmo acontecerá com o PS, com o passar do tempo temos mais população idosa, mais problemas de proteção civil, incêndios onde vão ser precisos mais recursos, vamos ser menos e mais para cuidar, significando que é profundamente errado e injusto estarmos hoje a consumir o que vai fazer falta amanhã. Percebia-se se estivéssemos num tempo de expansão, ou se tivéssemos necessidades mas não é isso. A população do concelho da Sertã daqui a 10 ou 20 anos não vai ter as mesmas condições de hoje. O Município não vai conseguir atender as necessidades da população. Para finalizar disse que na primeira sessão elogiou a bancada jovem do PS, agora afirma que se estes 20 milhões forem usados daqui a 20 anos, não está aqui, mas os jovens vão estar, este é o dinheiro que deviam usar nos vossos projetos e tem contas para pagar.-----

-----**Jorge Rodrigues Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção que aqui se dá por reproduzida na íntegra: «Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal; Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores; Caros membros da Assembleia Municipal; Público presente e que nos acompanha através dos meios de comunicação social; Comunicação Social; Muito boa tarde a todos! Estamos no ponto 1.1 da Ordem do Dia, para deliberar sobre a proposta de emissão de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Investimento. *“A intenção é candidatar-mo-nos aos fundos comunitários. Os fundos que a Câmara Municipal tem estão comprometidos. Temos que ter disponibilidade para apresentar candidaturas de todo o custo da obra. Sabemos nós que depois vamos buscar pelo*

menos 85%, isso obriga-nos a contrair um empréstimo a médio e longo prazo.” Muitos dos presentes, acredito, ouviram estas palavras que acabei de proferir e presumiram que eram palavras minhas e que se destinavam a defender este empréstimo. Mas não! Era uma citação, de outra intervenção, neste órgão, alguns anos atrás. Argumentava-se, igualmente, com a necessidade de contrair um empréstimo de médio e longo prazo para financiar investimentos da época. Surpresa, porque na lista dos investimentos então elencados também constava a Rua de Viriato e a requalificação do edifício do mercado de Cernache do Bonjardim. Há 7 anos atrás! Admito que pareça confuso sobretudo para quem nessa altura não era membro da Assembleia Municipal. Vou tentar explicar melhor. Em 2016, o então executivo em funções, do PSD, tinha no seu plano de investimentos a requalificação da rua Viriato e a requalificação do mercado municipal de Cernache do Bonjardim e para levar a cabo essas (e outras) obras, aprovou por **unanimidade** submeter a deliberação da A.M. a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para o efeito. Conclusão que todos já tirámos é que estamos na mesma situação no que se refere à necessidade de requalificar o mercado municipal de Cernache do Bonjardim e aqueles arruamentos na Sertão. Interrogam-se alguns menos informados: será que o executivo anterior, PSD, não pode executar a obra porque não houve aprovação desse empréstimo por parte da AM de então, por forma a permitir o tal arranque inicial da obra? A resposta é: Claro que foi aprovado pela maioria que o PSD então dispunha, mas também com votos favoráveis do PS. O resultado foi: Aprovada com 26 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra. Repito as palavras do então Presidente, José Farinha Nunes: *“A intenção é candidatar-nos aos fundos comunitários. Os fundos que a Câmara Municipal tem estão comprometidos. Temos que ter disponibilidade para apresentar candidaturas de todo o custo da obra. Sabemos nós que depois vamos buscar pelo menos 85%, isso obriga-nos a contrair um empréstimo a médio e longo prazo.”* Estas palavras foram então convincentes. Só 1 abstenção e 1 voto contra (por razões colaterais). Votações na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, inequívocas do reconhecimento do interesse das Obras e necessidade de um financiamento aprovado e contratado, imprescindível para dar início às mesmas. No que a isto diz respeito (obras para fazer e o imprescindível empréstimo bancário contratado para acomodar/antecipar o início dessas obras sem comprometer as obras já planeadas), nada de substancial mudou. Espero que também nada mude no sentido de voto desta assembleia e consequentemente seja aprovada esta proposta de autorização para emissão de compromissos plurianuais para a contratação de um empréstimo de médio e longo



## sertão assembleia municipal

prazo (que pode não vir a ser utilizado, no todo ou em parte), mas que é imprescindível para permitir início dessas obras sem comprometer o grau de execução das outras obras já planeadas e/ou em curso. Devemos ser transparentes e coerentes. Para a história, fica o voto contra dos atuais vereadores do PSD que, se fosse feita a sua vontade, esta proposta não tinha sequer chegado a este órgão para discussão e deliberação.» -----

Finda esta intervenção escrita, passou ainda a fazer considerações sobre as intervenções anteriores. Ao deputado Alfredo Dias que disse "*é preciso tentar*", comentou que ao ouvi-lo pensou que estava a falar do ano de 2016, em que tiveram o empréstimo aprovado e não lhe deram sequência pelo que, o "*deviam ter tentado!*", provavelmente se aplica perfeitamente às "*oportunidades perdidas*" de 2016. Ao deputado Jorge Nunes que considerou não ser razoável "*colocar no mesmo financiamento obras de natureza diferente*" recordou qual era o elenco de obras de 2016, para pagar em médio e longo prazo, (quinze anos e não dez anos). E colocou a questão se é preferível ter um investimento para a geração futura, ou perder oportunidades de candidaturas por não ter empréstimo para fazer face ao arranque das mesmas. Finalizou discordando que o empréstimo comprometa o futuro, afirmando que o que compromete o futuro é ficar parado, é não tentar como aconteceu com o PSD que teve o empréstimo aprovado e não utilizou. E também não vale comparar o que não é comparável: 6,4 milhões de euros de disponibilidade, 3 milhões de compromissos de investimento e encontrar folga de 3,4 milhões. Temos que comparar o que é comparável. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Disse que o que apreende é que alguns dos Senhores Deputados continuam a fazer de conta que não entendem este processo. De imediato leu as palavras do ex-presidente na sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 2016, que aprovou por maioria com 26 votos a favor, 1 voto contra e uma abstenção a proposta para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de despesas de investimento: "*Informou que a intenção é candidatarmo-nos aos fundos comunitários. Os fundos que a Câmara Municipal tem estão comprometidos. Temos que ter disponibilidade para apresentar candidaturas de todo o custo da obra. Sabemos nós que depois vamos buscar pelo menos 85%, isso obriga-nos a contrair um empréstimo a médio e longo prazo*". Concluiu: Isto é o que estamos a pedir para avançar com estas duas obras. -----

Disse ao Deputado Jorge Nunes que o prazo é de 20 anos e não de 10 anos porque não há a intenção de o contrair. Este é o primeiro passo para pedir propostas às

Entidades, o documento é uma estimativa dos juros a pagar, posteriormente vai ser apresentada uma proposta para aprovar na Câmara Municipal com toda a documentação a enviar depois às Entidades. À pergunta se fosse oposição concordaria aprovar este empréstimo, respondeu que sim, reforçando que a bancada do PS no último empréstimo também concordou. Tem que ser entendido que, por razões técnicas, é importante para avançar com as obras. -----

Ao Deputado Jorge Coluna que referiu que em 2016 a taxa era negativa e que agora é de 4,5%, respondeu que os juros vão oscilando ao longo da vigência dos empréstimos. E lembrou que, se o Município da Sertã tivesse contraído o empréstimo em 2016 não estava de momento a pagar taxas negativas. -----

Em resposta ao Deputado Alfredo Dias que insistiu nos avisos do PRR, esclareceu que no 1º aviso “ residências “, nenhuma destas obras estão incluídas nesse aviso, e que o 2º aviso “ eficiência energética “ tinha sido publicado antes do atual executivo tomar posse. Lembrou ainda que o executivo anterior colocou 2 projetos “ Piscina Municipal da Sertã” concretizada por este executivo e a “ Eficiência Energética do Edifício dos Paços do Concelho “em que o Município nada recebeu por duas razões: primeiro porque a CCDRC aludiu duplo financiamento e segundo porque a Câmara Municipal não juntou à candidatura o certificado energético inicial e posteriormente não foi possível medir o ganho da eficiência energética. Este executivo está atento a todas as possibilidades, fazendo submeter a candidatura para a Requalificação da Escola Básica Padre António Lourenço Farinha – Sertã no valor de 2 milhões de euros e a candidatura para a Habitação Social e Habitação a Custo Acessível que ascende a 18 milhões de euros.-----

-----**Jorge Coluna (PSD):** Interveio solicitando um esclarecimento: Se este empréstimo é para se incluir 20 anos no Orçamento, entende que a Lei nº 73/2012 refere que este pedido de empréstimo só tem validade de 3 anos, então se for aprovado tem que ser utilizado ou seja a habilitação orçamental só é utilizada se o mesmo for aprovado e usado.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Confirmou ao Deputado Jorge Coluna que se for aprovado tem que ser utilizado no prazo de 3 anos. Mas não colide com o que disse: queremos ter o empréstimo no lado da receita para avançar com as obras. -----  
Disse ainda que o Deputado Alfredo Dias referiu de novo a deslocação a Israel, a questão da dessalinização foi um assunto meramente casual. Na sessão anterior foi questionado, achou por bem esclarecer que foi uma viagem bastante enriquecedora,



# sertã assembleia municipal

os objetivos da mesma foram a abertura de novos horizontes. E mais, tinha informado a Assembleia Municipal da realização desta visita. -----

-----**Alfredo Dias (PSD):** Pediu a palavra em defesa da honra para dizer que as suas intervenções não foram compreendidas. -----

Disse que nunca referiu “ eficiência energética “ em sessões anteriores, mencionou datas e números dos avisos. Quanto à viagem a Israel achou bem é um dinheiro bem gasto, os assuntos a discutir é que tem que ser importantes e a dessalinização para a Sertã não era assunto. -----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** Pediu a palavra para esclarecimento: Contrariando a observação do Deputado do PSD, reafirmou que o anterior empréstimo (2016) não foi de 10 anos, mas sim de 15 anos (180 meses). -----

-----**Presidente da Assembleia Municipal:** Cumprimentou todos os que nos acompanham via Rádio Condestável. De imediato prestou um esclarecimento a todos os que nos acompanham relativamente a esta discussão sobre o empréstimo contraído no ano de 2016, a 19 de julho de 2018, a Lei nº 32/2018, obrigou a Instituição Bancária a refletir a descidas das taxas de juros Euribor nos contratos de crédito à habitação e dos empréstimos o que resultou que as taxas nos anos seguintes baixassem progressivamente até alcançarem mínimos negativos. -----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação, a Assembleia Municipal da Sertã deliberou por maioria contabilizando 10 (dez) votos contra dos Senhores Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, João Carlos Silva Almeida, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, António José Lopes Simões, Jorge Manuel Marques Coluna, Raquel Sofia Dias H. Antunes, Duarte Ribeiro Matias, Daniel Filipe Nunes Luis, Maria João Fernandes da Mota Torres, Jorge Manuel Farinha Nunes e 20 (vinte) votos a favor aprovar a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da presente proposta. -----

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentaram declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo II) -----

**1.2 - Proposta para emissão de autorização para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de serviços no âmbito da candidatura (PDR2020 - Medida 8.1.3-086206) Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível e Controlo de Invasoras Lenhosas - Proc.º 2023/300.10.005/117 - para deliberação;** Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de junho de 2023. -----

-----**Proposta nº179/2023** -----

Considerando que:-----  
Existe a necessidade de proceder à aquisição de serviços no âmbito da candidatura (PDR2020 – Medida 8.1.3-086206) Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível e Controlo de Invasoras Lenhosas para o ano de 2023 e 2024;-----  
A prestação de serviços será plurianual, considerando o ano de 2023 e o ano de 2024, com o valor total previsto de 301 513,24 €, sendo o valor de 150 756,62 € para o ano de 2023, e o valor de 150 756,62 € €, para o ano de 2024, e a que corresponde o cabimento inserido no Plano Plurianual de Investimentos com a classificação 2 246 2023/23 1, Orgânica 05 e Económica 070115;-----  
Esta prestação de serviços reveste a natureza de compromisso plurianual, conforme definição referida na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, “ «Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.”-----  
Na reunião do Órgão Deliberativo de 27/12/2022, foi aprovada a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no ano de 2023, que resultem de Planos ou Programas Plurianuais legalmente aprovados, excetuando os eventuais casos em que a reprogramação dos compromissos assumidos impliquem aumento de despesa;-----  
A assunção de compromissos plurianuais relativamente a esta contratação de serviços não está abrangida pela proposta n.º 271 de 12 de novembro de 2021 submetida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 03 de dezembro 2021;-----  
De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.-----  
Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que:-----  
A Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a presente assunção de compromissos plurianuais.-----  
**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a presente assunção de compromissos plurianuais, nos termos da presente proposta.-----  
**1.3 - Proposta de autorização prévia para a realização dos investimentos na Requalificação do edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim, e na execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã - Proc.º2023/350.40.401/1- para deliberação;**-----



## **sertã** assembleia municipal

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de junho de 2023. -----

-----**Proposta nº177/2023**-----

Considerando que:-----

O Município da Sertã pretende realizar alguns investimentos no concelho da Sertã, que assumem uma importância primordial na estratégia de desenvolvimento concelhio; Em concreto, os investimentos em análise referem-se à Requalificação do edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim, e à Execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã, melhor descritos em seguida;-----

Neste sentido, no que se refere à Requalificação do Edifício do Mercado Municipal de Cernache do Bonjardim, certamente dúvidas não poderão existir quanto à urgência e premência na realização deste investimento, pois o referido equipamento encontra-se notoriamente degradado, bastante desajustado das dinâmicas e realidades atuais e disfuncional quanto ao fim que pretende prosseguir;-----

Como é facilmente perceptível, aquele equipamento carece de uma grande intervenção, que abranja a totalidade do edifício, requalificando-o no sentido de o ajustar à realidade e exigências atuais, ao fim que pretende prosseguir, suprimindo as lacunas e deficiências existentes, encontrando um novo enquadramento arquitetónico para o espaço e sua envolvente e assegurando a sua funcionalidade e o cumprimento do quadro legal e regulamentar vigente que lhe é aplicável;-----

O presente investimento tem como desiderato dinamizar a Vila de Cernache do Bonjardim, assumindo-se como um investimento vital no Concelho da Sertã, dotando o Mercado Municipal de Cernache do Bonjardim com novas infraestruturas de venda ao público e serviços de apoio, modernizando-o e possibilitando novas valências e a realização de eventos de cariz comercial, cultural e social, permitindo a sua promoção junto da comunidade, garantindo uma utilização quotidiana, interativa, dinâmica, que procura agregar e criar mais-valias;-----

O projeto de execução do presente investimento – Requalificação do Edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim- foi aprovado na reunião da Câmara Municipal;---

O investimento na Requalificação do Edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim, tem um o orçamento total para a realização dos trabalhos estimado no montante de 1.967.632,51€ (um milhão novecentos e sessenta e sete mil seiscentos e trinta e dois euros e cinquenta e um cêntimos), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em

vigor, totalizando 2.085.690,46€ (dois milhões oitenta e cinco mil seiscentos e noventa euros e quarenta e seis cêntimos; -----

A execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã no Cima da Vila, Sertã, traduzem a implementação do referido Plano de Pormenor, publicado pela Declaração n.º 87/2004 - Diário da República n.º 83/2004, Série II de 2004-04-07, e vem dar cumprimento a um antigo anseio dos Sertaginenses, pois vem permitir o ordenamento urbanístico daquela zona, proporcionando ao trânsito rodoviário e pedonal um percurso alternativo à circulação atual; -----

Como é do conhecimento geral, a zona envolvente ao edifício Mercado Municipal da Sertã tem vindo a apresentar uma importância cada vez maior no Concelho da Sertã, pelo facto de ser uma área recentemente requalificada e conseqüentemente com um fluxo maior de população, especialmente nos dias do Mercado Municipal, que se pretende progressivamente mais moderna e adequada ao fluxo de trânsito e pessoas; Este investimento, pretende dinamizar aquela zona, dotando-a das infraestruturas necessárias, pelo que o projeto em causa assume uma importância primordial; tanto mais atento aos equipamentos aí localizados, como sejam o Mercado Municipal da Sertã, o Edifício dos Paços do Concelho, a Santa Casa da Misericórdia e o Lar António Ferreira Alberto;-----

Trata-se da execução de 3 arruamentos e respetivas infraestruturas, que farão a ligação rodoviária e pedonal desde o Largo do Mercado Municipal até ao Largo envolvente aos Paços do Concelho, permitindo uma circulação mais adequada do trânsito automóvel e pedonal, bem como a criação de lugares de estacionamento, que se revelam em número manifestamente insuficiente naquela zona;-----

A execução destes arruamentos também permitirá, não só, criar acessos a alguns lotes, definidos no Plano de Pormenor PP1 da Sertã, disponibilizando uma nova zona para habitação, dotada das respetivas rede de águas, saneamento, iluminação pública e telecomunicações, configurando uma infraestrutura de interesse público e utilização coletiva; -----

Certamente que com este investimento o Mercado Municipal da Sertã também assumirá um potencial de utilização diferenciado, garantindo uma nova dinâmica coletiva; -----

O investimento na execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previsto no PP1 da Sertã, tem um orçamento total para a execução dos trabalhos estimado no montante de 545.765,00€ (quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e



sessenta e cinco euros), ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, totalizando o montante de 578.510,90€ (quinhentos e setenta e oito mil quinhentos e dez euros e noventa cêntimos);-----

Para a realização dos referidos investimentos, que totalizam o montante de 2.664.201,36€ (dois milhões seiscentos e sessenta e quatro mil duzentos e um euros e trinta e seis cêntimos), o Município da Sertã não dispõe de capacidade financeira (fundos próprios) para os executar, sem recurso à contratação de um empréstimo a médio longo prazo destinado a satisfazer os encargos com os referidos investimentos; O novo quadro comunitário Portugal 2030 encontra-se com algum atraso na sua implementação, o que condiciona a atuação e financiamento do Município, para a realização destes investimentos; -----

Em concreto, no que respeita aos empréstimos de médio e longo prazo, uma das finalidades previstas na lei para a sua contração é a aplicação em investimentos, exigindo que tais investimentos sejam identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, que sejam submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da assembleia municipal (cfr. n.º1 e 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação); -----

Existe a pretensão de contratar um empréstimo médio e longo prazo (20 anos), no montante de 2.664.201,36€, para financiar os investimentos referidos, que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do Orçamento do exercício, pelo que torna-se imprescindível a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

Os investimentos a realizar são da competência municipal e importantes para a satisfação dos munícipes no longo prazo, apresentando os mesmos uma durabilidade superior ao período do financiamento a contrair, pelo que a repartição deste esforço financeiro, num horizonte temporal de 20 anos, permite atender ao princípio da equidade intergeracional;-----

O montante do financiamento necessário para a execução dos presentes investimentos encontra-se aquém da capacidade de endividamento do Município da Sertã; -----

Importa realçar que caso venham a existir candidaturas nas quais possa ser enquadrados os presentes investimentos, quer através do Portugal 2030, ou através de qualquer outro programa, o Município da Sertã certamente recorrerá às mesmas, o

que terá um efeito diminuidor do montante de investimento a contratar através do presente empréstimo, pois passarão a existir outras fontes de financiamento que suportam a despesa em causa;-----

Em síntese, o que está aqui em causa é uma decisão política dos órgãos municipais, em matéria de financiamento e endividamento, que, nas condições e dentro dos limites legalmente admissíveis aplicáveis ao Município da Sertã, podem viabilizar a realização dos investimentos suprarreferidos, cuja concretização é urgente e necessária, quer para a melhoria da qualidade de vida da população do Concelho da Sertã e desenvolvimento económico, quer para a coesão social e territorial, autorizando a realização dos mesmos e a contratação de empréstimo para esse fim.-----

Pelas razões de facto e de direito, propõe-se que: -----

A Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com o n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todos na sua atual redação, aprovar solicitar à Assembleia Municipal a discussão e autorização dos investimentos na Requalificação do edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim e na Execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã, recorrendo à contratação de empréstimo para financiamento dos mesmos. --

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Disse que de acordo com a legislação esta proposta tem que ser autorizada pela Assembleia Municipal porque o investimento previsto ultrapassa 10% do orçamentado.-----

-----**António Simões (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que quando este executivo tomou posse pensou que a obra de Requalificação do Edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim seria prioritária, tinha projeto, pareceres e o valor da obra importava em cerca de um milhão de euros. Estranhou quando o Senhor Presidente disse que era uma obra que gostaria de reformular e de por um “cunho” diferente, não pode estar mais de acordo, são novas ideias. Não pode deixar de dizer que não gostou, ficou surpreendido, é um projeto que conhece bem. Tirando a primeira conclusão pelo que analisamos, poucas são as alterações, o projetista é o mesmo, as soluções não diferem muito, a não ser dois pontos exatos, que não lhe parecem as melhores. Este edifício já devia ter sido requalificado em 2016 e em 2021 tomou posse este executivo passaram dois anos, no total até a requalificação estar concluída são oito anos, à partida estamos a prejudicar a população com mais idade que não vai usufruir do mercado municipal. -----



## sertã assembleia municipal

A segunda conclusão é que a obra por não ter sido executada logo ficará mais dispendiosa. -----

No seguimento apresentou uma análise técnica do projeto, referindo que foi uma obra bem pensada, lembrando que o Mercado Bettencourt foi um projeto elaborado e financiado com recursos próprios e dos sócios do Club Bonjardim por volta de 1915. O local de implantação era pertença do Seminário das Missões, até 1979 era paga uma renda. Nesse ano a Câmara Municipal da Sertã fez um acordo com o Seminário das Missões e com o Club Bonjardim.-----

Posteriormente foi demolida a fachada interior para requalifica-lo isto para dizer que o 1º erro foi a precipitação. Em 2015 foi decidido requalificar o mercado, nessa altura chamou a atenção para que se fizesse lembrar o antigo mercado e o projetista fez uma lembrança ao anterior projeto. Como o Seminário das Missões era considerado um monumento de interesse público a DRCC aprovou o projeto mas condicionado com alteração da fachada, estamos a falar de 2019,o projeto foi revisto e o parecer foi positivo. -----

Continuando a sua intervenção referiu que existem problemas de estacionamento junto do mercado, por falta de espaço, há que ter atenção à dinâmica da população. --

1º Questão neste projeto não existe solução para o trânsito?-----

2ª Questão a implementação de um espaço de restauração bar e cafetaria não estava previsto, tinha sido pensado mas colocava em causa os restaurantes da vila, neste caso a implementação de um restaurante põe em causa o tecido empresarial da vila de Cernache do Bonjardim.-----

Para finalizar solicitou ao Senhor Presidente informações sobre a fachada, restaurante estacionamento, arranjos exteriores e a questão jurídica das lojas como vão funcionar? -----

-----**Maria João Ribeiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou este ponto conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo III).--- -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Disse o que está previsto no projeto para arranjos exteriores é muito pouco, a parte restante ficará a cargo do Município, não só junto ao mercado municipal mas em termos de projeção e de outras possibilidades nas imediações. Informou ainda que a cave do mercado vai criar mais ou menos vinte lugares de estacionamento. Relativamente à questão DRCC, disse que o elemento que poderá ser mais discutível que não está ligado ao mercado, é um monumento de uma memória importante para a população que vai valorizar o espaço. -----

Quanto ao restaurante, foi uma opção, porque acredita que os mercados têm que dar uma resposta para além do tradicional, lembrando que há mercados a nível nacional com muita dinâmica social. Pretende-se um espaço diferenciador que traga pessoas e Cernache do Bonjardim precisa de um espaço de restauração altamente qualificado para dar a resposta que Cernache do Bonjardim não está a dar de momento. Com início do Festival do Peixe do Rio, deu-se atenção á gastronomia e o turismo é uma aposta estratégica para Cernache do Bonjardim. Não podemos falar em turismo e não criar estruturas necessárias para atrair turistas com capacidade de compra. Concorrência não é preocupante, os negócios reforçam-se uns aos outros. É preciso qualificar o território, dinamizar o turismo e a gastronomia e assim dar um novo rumo ao espaço que vai ser criado.-----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar os investimentos na Requalificação do edifício do Mercado de Cernache do Bonjardim e na Execução da Rua A, Rua B e alargamento da Rua de Viriato, previstas no Plano de Pormenor PP1 da Sertã, recorrendo à contratação de empréstimo para financiamento dos mesmos, nos termos da presente proposta. -----

**1.4 - Proposta de Reconhecimento de Interesse Concelhio para a ampliação/alteração de um empreendimento de turismo no espaço rural (TER), sito em Quinta da Portela da Freguesia do Nesperal - Proc.º 2023/450.30.502/26 - para deliberação;** -----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de junho de 2023. -----

**-----Proposta nº178/2023 -----**

Considerando que:-----

O requerente Robert Matthew Spencer Dickinson, pretende adquirir e ampliar/alterar o atual empreendimento de turismo de habitação atualmente designado por “Albergue do Bonjardim”, propriedade de Hubertus Johannes Lenders, motivo pelo qual veio requerer à Câmara Municipal, a título prévio, pedido de informação prévia (PIP) para a realização de um conjunto de operações urbanísticas diretamente relacionadas com novas construções, ampliação e conservação de edifícios existentes no atual empreendimento;-----

Pretende que seja reconhecida a viabilidade para aumento da área do empreendimento, e conseqüentemente o aumento da sua capacidade em unidades de



alojamento e número de camas fixas, bem como na alteração da tipologia de turismo de habitação para Agroturismo;-----

O teor da informação técnica n.º 15483, do Chefe da Divisão de Atendimento, Gestão Urbanística e Fiscalização, efetua o enquadramento da pretensão do requerente e se dá aqui como integralmente reproduzida; -----

Da presente proposta fazem parte integrante a memória descritiva e justificativa do projeto de investimento a realizar e respetiva planta de sínteses do empreendimento;

O potencial investidor pretende potenciar a atividade turística, vinícola, agroflorestal, artística e bem-estar, ampliando o espaço existente, através da criação de conjunto de edifícios que sustentem as diversas valências; -----

A ampliação pretendida, que assume um montante de investimento significativo, pretende que o empreendimento passe a ter uma área total de 109.470 m2 e cerca de 120 camas fixas distribuídas por 60 unidades de alojamento; -----

Este potencial investimento, na ampliação e transformação do turismo de habitação existente e sua conversão em agroturismo, tem um montante total estimado de 7500000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros), visa dar respostas às carências, complementando-as com atividades agrícolas, florestais e de lazer e bem-estar, sempre no respeito por questões ambientais, prevê a criação de cerca de 40 postos de trabalho, permitindo efetuar a operação e manutenção do espaço e garantindo o bem receber dos 47.000 visitantes previstos para os primeiros anos de atividade; -----

Este projeto de investimento, conforme descrito anteriormente, tem um impacto positivo significativo, aos mais diversos níveis, no Concelho da Sertã;-----

Segundo o PDM da Sertã as novas construções para o empreendimento inserem-se maioritariamente em espaço não urbano, classificado uma parte como espaço Florestal de Produção e outra em espaço de uso ou aptidão agrícola, não estando abrangidas por solos classificados da Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, nem existem outros condicionantes;-----

O regime de edificabilidade para estas classes de espaço encontram-se definidas no art.º 22.º e no art.º 24.º, ambos do Regulamento do PDM da Sertã, sendo permitida a construção de novos edifícios para os usos em questão (turístico).-----

No entanto e atendendo que os índices de edificabilidade propostos para o empreendimento superam os limites definidos no PDM para aqueles espaços, o PIP submetido apenas poderá ser deferido se for reconhecido, pela Assembleia Municipal, interesse concelhio no projeto de investimento proposto, ao abrigo do disposto nas

*Handwritten initials*

alíneas alínea f) do n.º 2 do art.º 22.º e da alínea e) do n.º 2 do art.º 24.º, ambos do Regulamento do PDM da Sertã. -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que:-----

A Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão reconheça o interesse concelhio na ampliação/alteração do empreendimento de turismo no espaço rural (TER), a classificar no grupo de agro-turismo, sito em Quinta da Portela, da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, para efeitos da alínea f), do n.º 2, do art.º 22.º, e da alínea e), do n.º 2, do art.º 24.º, ambos do Regulamento do PDM da Sertã, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Disse: Isto sim é interesse concelhio. Começamos a dar esperança a um investidor, com vontade de investir em turismo na União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, que quer saber se o que tem intenção de fazer é viável. Os serviços da Câmara Municipal fizeram uma análise rigorosa e célere do processo. Não existe impedimento, a construção vai ser em materiais sustentáveis, é área de construção, pelo valor do investimento é interessante, pelos postos de trabalho e pelo conceito de negócio turístico. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade reconhecer o interesse concelhio na ampliação/alteração do empreendimento de turismo no espaço rural (TER), a classificar no grupo de agro-turismo, sito em Quinta da Portela, da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, para efeitos da alínea f), do n.º 2, do art.º 22.º, e da alínea e), do n.º 2, do art.º 24.º, ambos do Regulamento do PDM da Sertã, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, nos termos da presente proposta. -----

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 16:15 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade e que vai ser assinada.-----

-----O Presidente da Assembleia, \_\_\_\_\_

-----A Assistente Técnica, \_\_\_\_\_

*Handwritten signatures of the President and the Assistant Technician*



Alcides I. R.

Exm<sup>o</sup> Sr Presidente e Sr<sup>as</sup> Secretárias da Assembleia Municipal

Sr Presidente Câmara Municipal

Sra e Srs Vereadores

Sras e Srs Membros da Assembleia Municipal

Sra Assistente Técnica

Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Foi apresentado pelo executivo municipal o pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais para um empréstimo de médio/longo prazo para investimento.

Mas antes de começar a tecer alguns comentários sobre este assunto, queria dizer de uma forma clara que o PSD quer a requalificação do mercado da vila de Cernache do Bonjardim e o início das obras prevista no plano PP1 aqui na sertã.

Para quem não ouviu bem ou vai tentar inquirir a população da Sertã com falsidades vou repetir. Nós queremos requalificação do mercado da vila de Cernache do Bonjardim e o início das obras prevista no plano PP1 aqui na Sertã.

Podem repetir até a exaustão que tivemos 12 anos sem fazer estas obras, mas como o Sr Presidente já se apercebeu ... a gestão de uma qualquer autarquia



não funciona com a mesma rapidez como pensamos quando estamos na oposição.

Mas e quando ao pedido que estamos a discutir?

Todos sabemos que agora estamos apenas a decidir se autorizamos ou não que caso haja este empréstimo o mesmo seja pago para além deste ano.

A lei assim o impõe ... o nº 6 da lei nº 8/2012 diz que se houver o compromisso de um empréstimo a pagar por mais de um ano a assembleia municipal tem de aprovar.

Posteriormente se houver empréstimo terá que ser apreciado nesta assembleia mas as condições serão estas agora propostas.

O Sr. Presidente pede-nos que esta assembleia aprove um empréstimo de 2milhoes e seiscentos mil para pagar em 20 anos, com os juros altíssimos como estão e não se pode desviar muito disso.

O PSD considera que um pedido de empréstimo a 20 anos vai hipotecar os próximos mandatos pois no fim vamos pagar tanto de juros como de empréstimo.

E certo que haverá um período de carência nestes próximos dois anos, ou seja pedem o empréstimo agora e só no próximo mandato é que se começa a pagar.

Até parece que já sabe que não vai ser este executivo a pagar a dívida.

Já sei que vai dizer que o PSD também pediu um empréstimo em 2016 a 10 anos, mas esse prazo de pagamento é muito mais razoável e nessa altura a taxas da Euribor eram negativas e o spread dos bancos na ordem dos 0.5%.

Eram outros tempos...

Também sei que vai dizer. que até pode não precisar de contrair um empréstimo. pois tem milhares de euros disponível, no mês passado tinha 6 milhões em tesouraria, mas com os compromissos já assumidos ainda pode gastar 3,4 milhões, ou seja tem dinheiro para começar a obra.

O PS passou os últimos tempos do nosso mandato a dizer que não sabíamos onde gastar os 4 milhões que tínhamos e agora têm 3.5 milhões e ainda querem mais 2.5 milhões ... e ninguém sabe onde o vão gastar...

Será campanha eleitoral?

Se tem dinheiro porque não começou as obras?

Sr Presidente, Sra e Srs deputados

E competência da assembleia municipal fiscalizar os actos do executivo e temos que a exercer com responsabilidade estando com atenção a actos de má gestão, e por isso consideramos que não devemos ficar com a responsabilidade de autorizar a possibilidade de um empréstimo que vai implicar custos elevadíssimos aos cofres do município nos próximos 20 anos.

A Sr<sup>a</sup> Lagard já disse que estas taxas de juros são para ficar.



Se de facto este empréstimo não é assim tão urgente, apelo ao sr presidente que retire esta proposta e apresente outra em momento mais favorável na conjuntura económica e que apele ao Sr 1º Ministro que crie condições para os municípios possam contraírem empréstimos a condições mais favoráveis de modo mitigar os problemas de juros altíssimos actuais.

Caso contrario, iremos votar contra esta autorização, mas considere este voto contra como um voto pedagógico para o ajudar na gestão autárquica.

Sertã 8 de Julho 2023

*Jorge Coluna*



Anexo II  
[Handwritten signatures]

## Declaração de Voto

O PSD é a favor da requalificação do mercado da vila de Cernache do Bonjardim e das obras prevista no plano PP1 aqui na Sertã, projectos que já vêm do nosso mandato

O PSD considera que um pedido de empréstimo a 20 anos vai hipotecar os próximos mandatos pois os juros altíssimos como estão, no fim vamos pagar tanto de juros como de empréstimo.

Consideramos que o empréstimo não é urgente, pois têm 3,4 milhões disponíveis para estas obras que podem utilizar imediatamente.

E competência da assembleia municipal fiscalizar os actos do executivo e temos que a exercer com responsabilidade estando com especial atenção a actos de má gestão, e por isso consideramos que não devemos ficar com a responsabilidade de autorizar um empréstimo que vai implicar custos elevadíssimos nos próximos 20 anos.

Sexta 7 JULHO 2023

[Handwritten signatures in blue and black ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signatures in blue ink]

Anexo III  
R  
d

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal

8 de julho de 2023

### INTERVENÇÃO PONTO 1.3.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e secretárias da Mesa da Assembleia,

Exmo. Presidente da Câmara Municipal da Sertã,

Exma. Vereadora e Exmos. Vereadores,

Srs. e Sras. Deputados,

Comunicação Social e Público Presente,

Está a decorrer a Maratona de Leitura. E como muitos, também eu me sinto mais introspetiva. Às vezes os livros, a poesia, a escrita dá-nos alegria, outra vez faz-nos experimentar a melancolia, as raivas e as frustrações dos personagens, a tristeza dos acontecimentos ou não acontecimentos, lidos, vividos ou não vividos.

Na Rua 5 de Janeiro, em Cernache do Bonjardim, onde, e nunca é demais lembrar, é a terra de Dom Nuno Álvares Pereira, Túllio Victorino, Silvino Santos, Abílio Marçal, Libânio Vaz Serra, entre tantos outros nomes que deram corpo e vida a esta terra, mais precisamente no edifício-sede da Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, encontra-se ainda hoje uma maquete-projeto da requalificação do Mercado Municipal de Cernache do Bonjardim. Esta maquete remete-se ao mandato de 2001-2005. Se apenas em 2016 o Município manifestou preocupação com o estado do Mercado de Cernache do Bonjardim, já em 2005 os autarcas de Cernache do Bonjardim manifestavam essa preocupação. Duas décadas, 20 anos, decorreram desde então.

Gostaria de poder dizer que nessas 2 décadas muito se levantou nesta vila. Mas, na verdade, poucas paredes se levantaram. E as almas, as vidas, as esperanças, essas, foram esmorecendo.

Sinceramente, não sei se iremos hipotecar os próximos 20 anos do município com um pedido de empréstimo. Sei sim que os últimos 20 anos de Cernache do Bonjardim e dos seus jovens, esses sim foram hipotecados.

Falamos de obras que são sempre para depois. Obras que é claro não nos salvam, que não nos retiram do chamado interior de Portugal, infelizmente continuamente e ainda esquecido. Mas obras que poderiam ser sinais!

Obras que, em Cernache do Bonjardim, são sempre para depois. Para depois de iniciar o mandato, só para o fim do mandato, para o próximo mandato, para... depois! São vidas que esmorecem. Obras que seriam sinais de interesse, não abandono, sinais de que há alguém a olhar por nós, sinais de esperança para estas populações que, resistentes às adversidades e aos obstáculos da "interioridade", continuam a viver, trabalhar e lutar pela sua terra. Por lá, não havemos de desistir!

Ao executivo deste município, mas também a todos os membros desta assembleia e aos funcionários deste município, deixemos que o "depois" seja "agora"!

**Maria João Alves Ribeiro**

**Presidente de Junta da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais**